

MARCELLUS POLASTRI LIMA

Doutor e Mestre em Direito pela UFMG

Professor-Doutor da Universidade Federal do Espírito Santo

(Graduação e no Mestrado stricto sensu)

Procurador de Justiça – RJ

Professor visitante da Georg-August Universität-Instituto de Direito Penal

Comparado-Göttingen-Alemanha

Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual

DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

(E AS MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS
DA PRISÃO PROVISÓRIA):

Obra de acordo com a reforma processual penal,
a mais recente jurisprudência dos tribunais superiores
e a regulamentação da audiência de custódia.

3ª EDIÇÃO

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2015

Lumen Juris | Editora

www.lumenjuris.com.br

Editores

João de Almeida
João Luiz da Silva Almeida

Conselho Editorial

Adriano Pilatti
Alexandre Morais da Rosa
Ana Alice De Carli
Beatriz Souza Costa
Bleine Queiroz Caúla
Caroline Regina dos Santos
Daniele Maghelly Menezes Moreira
Diego Araujo Campos
Emerson Garcia
Firly Nascimento Filho
Flávio Ahmed
Frederico Price Grechi
Geraldo L. M. Prado

Gina Vidal Marçilio Pompeu
Gisele Cittadino
Gustavo Noronha de Ávila
Gustavo Senéchal de Goffredo
Helena Elias Pinto
Jean Carlos Fernandes
Jerson Carneiro Gonçalves Junior
João Carlos Souto
João Marcelo de Lima Assatim
João Theotônio Mendes de Almeida Jr.
José Emilio Medauar
Leonardo El-Amme Souza e Silva da Cunha
Lúcio Antônio Chamon Junior

Luigi Bonizzato
Luis Carlos Alcoforado
Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Manoel Messias Peixinho
Marcellus Polastri Lima
Marcelo Ribeiro Uchôa
Marco Aurelio Bezerra de Melo
Ricardo Lodi Ribeiro
Roberto C. Vale Ferreira
Sérgio André Rocha
Victor Gameiro Drummond
Sidney Guerra

Conselheiro benemerito: Marcos Juruena Villela Souto (*in memoriam*)

Conselho Consultivo

Andreya Mendes de Almeida Scherer Navarro
Antonio Carlos Martins Soares
Artur de Brito Gueiros Souza

Galvo de Oliveira Lima
Francisco de Assis M. Tavares
Ricardo Maximo Gomes Ferraz

Filiais

Sede: Rio de Janeiro
Centro – Rua da Assembleia, 36,
salas 201 a 204.
CEP: 20011-000 – Centro – RJ
Tel. (21) 2224-0305

São Paulo (Distribuidor)
Rua Correia Vasques, 48 –
CEP: 04038-010
Vila Clementino – São Paulo – SP
Telefax (11) 5908-0240

Minas Gerais (Divulgação)
Sergio Ricardo de Souza
sergio@lumenjuris.com.br
Belo Horizonte – MG
Tel. (31) 9296-1764

Santa Catarina (Divulgação)
Cristiano Alfama Mabilla
cristiano@lumenjuris.com.br
Florianópolis – SC
Tel. (48) 9981-9353

SUMÁRIO

1. AS MEDIDAS CAUTELARES NO PROCESSO PENAL. CLASSIFICAÇÃO, OBJETO, FUNDAMENTO E CARACTERÍSTICAS. A DECISÃO CAUTELAR	1
2. CAUTELARES TÍPICASNO PROCESSO PENAL	13
3.Da Prisão.Histórico.Direito Comparado. Espécies. A Prisão Provisória.....	17
3.1 A Prisão em Flagrante	65
3.1.1. A Audiência de Custódia e sua implantação no Brasil	93
3.2 A Prisão Temporária	103
3.3 A Prisão Preventiva.....	116
3.3.1 A Prisão Preventiva Decretada ou Mantida em Face da Decisão de Pronúncia.....	144
3.3.2 A Prisão Preventiva Decretada ou Mantida em Caso de Sentença Condenatória Recorrível	151
3.4 A Revogada Prisão Cautelar para Fins Administrativos...	161
4. AS NOVAS MEDIDAS CAUTELARES TRAZIDAS PELA LEI 12.403/2011	167
4.1 A Prisão Domiciliar	169
4.2 As Demais Medidas Substitutivas da Prisão.....	171
4.2.1 Comparecimento Periódico ao Juízo.....	171
4.2.2 Proibição de Acesso ou Freqüência a Locais	172
4.2.3 Proibição de Contato com Pessoa.....	173
4.2.4 Proibição de Ausentar-se da Comarca.....	173
4.2.5 Recolhimento Domiciliar	174

4.2.6 A Suspensão do Exercício de Função Pública ou de Atividade de Natureza Econômica e Financeira	175
4.2.7 Internação Provisória de Inimputável ou Semi-Imputável	176
4.2.8."Fiança" para Assegurar Comparecimento do Imputado a Atos Processuais e quando resultar perigo ao Processo	180
4.2.9 O Monitoramento Eletrônico	182
4.2.10 Proibição de Ausentar-se do País	183
5. A Liberdade Provisória (Contracautelas)	185
5.1 Relaxamento de Prisão e Liberdade Provisória. Diferenciação	186
5.2. Liberdade sem Fiança. Liberdade sem Vínculo e com Vínculo? Hipóteses de Liberdade Provisória	193
5.2.1 O "Livrar-se Solto". Diferença entre Liberdade natural e provisória. O novo art. 321 e sua interpretação. Liberdade provisória na Lei 9.099. O conflito e a solução.	195
5.2.2 O Art. 310 do CPP e seu Parágrafo Único	203
5.2.3. Outras Hipóteses de Liberdade Provisória.....	225
5.3 Liberdade Provisória com Fiança	227
5.4 Outras Questões: As Modificações Ocorridas e a Lei no Tempo. A Detração Penal. Existe o Contraditório na Apreciação da Medida Cautelar?.....	241
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	247